

Do lugar ao não lugar: a não percepção do espaço e a crise de identidade na modernidade

From place to non-place: the non-perception of space and the identity crisis in modernity

Celso Fernando Barroso Lima,¹ UnB

Resumo

Este artigo tem como problema explorar o impacto das transformações do espaço a partir do advento da modernidade. Pontua as diferenças nas relações com o espaço entre as sociedades tradicionais e não tradicionais. Analisa as sociedades híbridas modernas como fruto da modernidade. Pesquisa o nascimento dos não lugares e seu impacto na formação da identidade do sujeito moderno. A metodologia partiu do diálogo entre autores, que abordam a relação entre território e identidade como Marc Augé, Anthony Giddens e Stuart Hall. Declara que a identidade é fruto da relação entre o sujeito e o meio territorial em que está inserido. Define a modernidade como a transformação nas relações do indivíduo com o território. Conclui que a crise de identidade atual é fruto do modo de perceber o espaço.

Palavras-chave: Modernidade; Percepção; Identidade; Não lugar; Espaço.

Abstract

This article aims to explore the impact of space transformations since the advent of modernity. It points out the differences in relations with space between traditional and non-traditional societies. It analyzes modern hybrid societies as a result of modernity. It researches the birth of non-places and their impact on the formation of the identity of the modern subject. The methodology started from the dialogue between authors who approach the relationship between territory and identity, such as Marc Augé, Anthony Giddens and Stuart Hall. It declares that identity is the result of the relationship between the subject and the territorial environment in which he/she is inserted. It defines modernity as the transformation in the individual's relations with the territory. It concludes that the current identity crisis is the result of the way of perceiving space.

Keywords: Modernity; Perception; Identity; Non-place; Space.

Introdução

A chamada época moderna foi gestada na Europa desde o fim da Idade Média e foi responsável por inúmeras transformações no modo de vida e no cotidiano do homem ocidental. Max Weber (2001) destaca, dentre as principais características desse período, o desencantamento do mundo, fruto do advento das ciências experimentais que, segundo ele, contribuiriam cada vez mais com uma visão mecanicista da natureza. Portanto, a partir desse momento, pode-se dizer que o mundo natural deixou de ser visto como reflexo de uma realidade transcendental.

Para o sociólogo e urbanista François Ascher (2009), a modernidade é entendida como o fim do pensamento metafísico na constituição da organização da vida civil. Desse momento

¹ Mestrando em Arquitetura e Urbanismo (UnB), especialista em História da Arte, graduado em Museologia (UnB) graduando em Teoria Crítica e História da Arte (UnB).

em diante, toda a vida social passa a ser investigada como objeto de reflexo racional. Com isso, esse período traz o uso cada vez maior dos procedimentos técnicos e científicos com base no conhecimento empírico em detrimento do metafísico.

Paralelamente a esse fenômeno, é importante observar não somente a organização racionalista da sociedade, que culminaria no advento da sociedade industrial e no nascimento de empresas produtivas e eficientes, mas também na criação dos aparelhos burocráticos do Estado Moderno. Assim, a relação entre o modo como o espaço é percebido e a formação da identidade, no contexto da modernidade, acabou por ganhar dimensões que fogem aos modelos de organização social estabelecidos nas sociedades tradicionais, engendrando, assim, novas de entendimento da identidade.

A transformação do espaço: das sociedades pré-modernas a modernidade

Com efeito, o impacto causado pelas transformações da modernidade acabou por gerar mudanças consideráveis no modo como o homem percebe, organiza e se relaciona com o mundo em sua volta. Segundo Anthony Giddens, um dos aspectos fundamentais das sociedades pré-modernas era o fato que “o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela presença de uma atividade localizada” (GIDDENS, 1990, p. 18).

Em face disso, a identidade era cristalizada nas práticas, costumes, legados e heranças que norteavam o modo de agir e na maneira de entender a realidade. Essa unificação, segundo Stuart Hall (2006), vinculava o tempo e o lugar como elementos indissociáveis, concebendo-os como marcadores socioespaciais. Essa perspectiva também é sustentada por Anthony Giddens, que defende a ideia de tradição unida também ao tempo e ao espaço:

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS, 1990, p. 37-38).

Nesse tipo de organização social, a vida comunitária era pautada no apelo à memória, que conferia ao grupo homogeneidade social e cultural. Essa valorização da memória era concretizada na tradição, que possibilitava a produção de referenciais identitários, produzindo, assim, a consciência social e o sentimento de pertença que não estava dissociado do espaço e nem do tempo entendido sempre em continuidade e não em ruptura com relação ao passado.

Essa veneração pelo passado, nesse tipo de organização, era o fermento necessário para a produção dos sentimentos para a vida social, os valores e visões de mundo. Logo, a percepção da subjetividade estava atrelada ao meio e, a partir dessa relação, era construído o ser e o agir no mundo. Nesse sentido, o espaço e o tempo eram os elementos necessários que pautavam as experiências e o modo de conceber a realidade.

Por volta da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, apareceram novas práticas sociais que divergiam das organizações passadas, e que aos poucos vão se dissociando das conjunturas e estados de vida antigos. É nesse contexto que vão nascer os elementos necessários para o início da modernidade. Giddens define-a como uma época em que o “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11). Ademais, Charles Harrison diz que “a modernização se refere a uma série de processos tecnológicos, econômicos e políticos associados à Revolução Industrial e suas consequências; modernidade das condições sociais e experiências, que são vistas como efeitos desses processos” (HARRISON, 2001, p. 8).

Esses episódios trouxeram mudanças na percepção do tempo e do espaço que, conseqüentemente, deixaram de ser elementos referenciais no que diz respeito à construção da identidade. A memória já não será o fator e a base onde se assenta a comunidade, mas sim o progresso e o futuro, que também serão os elementos procurados como fonte de felicidade. David Harvey diz que a modernidade implica não apenas em “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente, mas como caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (HARVEY, 1989, p. 12).

Portanto, essa reorganização da relação espaço-temporal vai possibilitar novas formas de condutas para o homem moderno, e o nascimento de condições sociais desapegadas dos alicerces das chamadas sociedades tradicionais, além do mais, novas formas de percepção da sua subjetividade e da sua relação com o espaço e com o tempo.

A modernidade como transformação do tempo e do espaço

Os novos meios de comunicação, as transformações tecnológicas e o desenvolvimento dos transportes possibilitaram o rearranjo do mundo, locais distantes agora estavam próximos ocasionando, com isso uma simbiose de cultural. Essa capacidade de locomoção entre as mais diversas regiões desencadeou novas formas de percepção espaciais, temporais e culturais. Agora formas de vidas diferentes estão ao alcance mais imediato, conseqüentemente houve,

nesse contexto, um relaxamento das relações com o ambiente, que dantes, como já foi exposto, era percebida como algo inerente a construção da interioridade do sujeito.

Por essa razão, a partir desses acontecimentos observa-se o impacto dessas transformações na dispersão do homem pelo mundo, que ao ir ao encontro de novos lugares depara-se com modelos de vidas diversos. Desse modo o encolhimento do mundo na modernidade desequilibrou a relação entre o sujeito e o espaço, como cita Harvey:

À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia "global" de telecomunicações e uma "espaçonave planetária" de interdependências econômicas e ecológicas - para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas - e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de, nossos mundos espaciais e temporais (HARVEY, 1989, p. 240).

Nestór Canclini também concebe as transformações espaciais da modernidade como sendo fundamental para entender todo o processo de transição entre as sociedades tradicionais amparadas pela estabilidade do território e as novas formas de vida, atrelada à liberdade de locomoção espacial. E essa relação assume importância ímpar nesse contexto de mudanças:

As buscas mais radicais sobre o que significa estar entrando e saindo da modernidade são as dos que assumem as tensões entre desterritorialização e reterritorialização. Com isso refiro-me a dois processos: a perda da relação "natural" da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas relocalizações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas. (CANCLINI, 2008, p. 309).

A modernidade é entendida como um processo de mudança no modo de percepção do tempo e do espaço. Esses fenômenos, tendo como referências os estudos do sociólogo Stuart Hall (2006), provocaram as transformações e o desalojamento do sistema social, que é tencionada como a extração das relações sociais dos contextos locais de convívio e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo. Nesse sentido Bauman também afirma:

A modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca (BAUMAN, 1999, p. 15).

Essa separação é observada, sobretudo nas grandes cidades industriais do século XIX, os novos bairros de operários, eram construídos sem nenhuma relação com a história e logo

sem a memória. Os camponeses que saíam de suas terras, e ao instala-se nessas regiões, sem nenhum vínculo afetivo com espaço, acabaram por produzir também uma relação vazia de sentido com essas localidades.

A percepção visual do meio, já não é vista aqui, como episódio norteador de uma reciprocidade entre o homem e o ambiente que fora instaurado, mas podendo ser até mesmo algo violento, visualmente falando, pois a plasticidade desses bairros não trazem nada do contexto cultural dos trabalhadores, que ocorriam em massa para as cidades.

Isso fez com que a memória e o passado tão venerado outrora, fosse deixado em segundo plano em prol da busca incessante pelo novo, próprio das sociedades industriais. Por essa razão que as sociedades modernas geradas nesse esboço sejam concebidas como, "sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades tradicionais e as modernas" (HALL, 2006, p. 14).

A possibilidade de viverem múltiplas experiências espaciais em uma quantidade menor de tempo levou a globalização a patamares nunca alcançados até então. A interdependência transpassou os limites simbólicos dos contextos locais enveredados pela memória. À medida que a modernidade se afirma como projeto de vida, há diluição das expressões territoriais. A especificidade deu lugar ao homogêneo, ao análogo e a diferença foi subtraída pelo entrelaçamento do mundo, fruto da globalização:

A "globalização" se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado (HALL, 1999, p. 67).

Um dos frutos mais imediatos dessas novas redes de comunicação, como levantados por Ycarim Melgaço Barbosa (2005), foi a difusão de imagens, que atingem, nesse momento, as pessoas com muito mais intensidade e maior rapidez. Com efeito, a identidade também acaba sendo atingida. E “à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra, e a natureza das instituições modernas” (GIDDENS, 1990, p. 6).

As consequências desses fatos, além da expansão urbana observada nos últimos séculos, foram os encontros de culturas diversas, intensificando a chamada *hibridação cultural*. Por conseguinte, segundo Nestor Canclini (1997), passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas enraizadas em um espaço para uma sociedade globalizada onde várias culturas se encontram.

Esse movimento é definido de hibridação, “em que os processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de formas separadas, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2008, p. 19). O crescimento das cidades, gestada dentro do êxodo rural dos camponeses, visto que, muitos tinham perdido suas terras, foi uma das causas que aceleraram a hibridação cultural:

Sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural. O que significa para as culturas latino-americanas que países que no começo do século tinham aproximadamente 10% de sua população nas cidades concentrem agora 60 ou 70% nas aglomerações urbanas? Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação (CANCLINI, 1997, p. 284).

E assim, diante desse quadro, o sentimento de pertença espacial e cultural tonou cada vez mais vago os laços sociais entre as pessoas, sobretudo nos grandes aglomerados urbanos. Tudo isso levou o habitar como algo *líquido*, sempre passível a mudanças e de difícil estabilização. Para Zygmunt Bauman, o meio já não fala mais, não existe diálogo com o sujeito e o “fixar-se ao solo não é tão importante se o solo pode ser alcançado e abandonado à vontade, imediatamente ou em pouquíssimo tempo” (BAUMAN, 2001, p. 21).

A não percepção do espaço na modernidade

O espaço híbrido, conforme Yi Fu Tuan (1983), é antes de tudo um território não perceptivo, pois o ato de perceber está vinculado ao fato do que o local diz ao indivíduo enquanto sujeito concreto e portador de memória. As imagens são formadas a partir da subjetividade que cada um leva dentro de si, ou seja, o espaço é analisado pelo homem conforme sua experiência, que o transforma em lugar de vivência e segurança.

A partir disso, conforme Paulo Cesar Gomes (1996), o espaço passa visto como a ser a expressão da representação humanizada pela ação de seus habitantes, com o imaginário extraído da vida cotidiana daqueles que o habitam. Conforme essa relação vai se fortalecendo, o ambiente deixa de ser um território inerte sem sentido e ganha dimensão simbólica preenchida pelos signos que expressam os valores materiais e espirituais do homem. O espaço é vida, uma vez que ele diz coisas sobre os valores e as identidades daqueles que o construíram.

A percepção passar a focar nessas expressões e, com isso, a eliminar outros elementos que estão inseridos em determinado contexto. O ato de perceber, em concordância com David

Myers (2012), diz respeito à eleição, ou seja, significa proclamar que existe algo mais importante, que o outro, é filtrar dentro do meio, àquilo que serve de guia para as diversas ações da vida humana, enquanto *práxis* cotidiana. A empatia seria o elemento formulador da relação entre o homem e o meio. Isto implica colocar a percepção do espaço como uma construção relacionada à produção da identidade do sujeito, o que também significa dizer que o espaço não pode ser um todo homogêneo.

No processo de percepção ocorre a atenção de vários estímulos, pois ela, a priori, é um ato dos sentidos, e ocorre, nesse processo, a seleção, a comparação e a decisão sobre o que perceber. Esses estímulos despertam os sentimentos sobre o meio e constrói a afetividade necessária para o modo como se produz essa relação. É na percepção que se desenvolve a consciência de nós e dos outros e também do ambiente, que é transformado em torno dessa relação. Sempre existe no espaço algo de nós mesmo e isso é um fator de extrema importância para a segurança espacial do sujeito.

Como é uma relação diacrônica, a percepção necessita de memória, que é o armazenamento de dados e informações que regulam e direcionam o olhar do sujeito dentro do ambiente. Sem essa herança, é impossível a conversão de um espaço sem vida para um lugar identitário. Aqui, a percepção é extraída dos sentidos físicos e adentra o mundo da memória e já não fala somente ao sujeito individualizado. Com isso a memória, ajuda no senso de pertencimento comunitário e na formação das diversas identidades sociais. É então do ato de perceber com a memória que nasce a sociedade em detrimento do enfraquecimento do isolamento individual.

O conhecimento do passado - e, mais do que isso, a vivência do passado no presente – fortalece a percepção. Esse resgate dos fatos de outrora como fonte de vida e conhecimento – tão comum nas sociedades tradicionais – criou comunidades arraigadas no espaço sem o qual não podiam existir. Arrancá-las, e colocá-las em lugares alheios à sua memória do espaço seria tirar sua existência:

O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que frequentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma (BACHELARD, 1978, p. 201).

A percepção é a relação entre o sujeito, o espaço e a memória: “a imaginação aumenta os valores da realidade” (BACHELARD, 1978, p.199). O local como lugar de existência é desencadeado pela percepção que, por sua vez, é construída não somente pelos estímulos

físicos, mas também por elementos que fogem do plano arquitetônico em si. Os elementos arquitetônicos precisam, antes de tudo, de serem vividos e experimentados como lugares de existência para somente depois produzir a percepção e sentido para o sujeito:

Trata-se de perceber não apenas um mundo de objetos e formas construídas, mas, principalmente, um mundo de ar e de atmosferas sensíveis. Thibaud determina, nesse primeiro momento, a necessidade de compreender todo um conjunto do universo sensorial que está em jogo e que vai além do registro da visão (ROLIM, 2014, p. 3).

Diante disso, quanto mais essa relação entre o espaço e o indivíduo se fortalece mais essa dependência cresce, e com isso, o espaço converge em lugar familiar ao sujeito, que não pode ser compreendido fora desse contexto, dessa maneira, um grava sua identidade no outro tornado essa relação complementar. O espaço se torna casa, “pois a casa é nosso canto de mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos” (BARCHELARD, 1978, p. 200). É a partir desse primeiro espaço que nos relacionamos com os outros:

Assim, a casa não vive somente o dia-a-dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam as lembranças das antigas moradas, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos revivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as lembranças deixando-lhes seus valores de imagens. As lembranças o mundo exterior nunca terão a mesma tonalidade das lembranças da casa. Evocando as lembranças da casa, acrescentamos valores de sonho; nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz apenas, quem sabe, a poesia perdida (BACHELARD, 1978, p. 201).

Segundo Gaston Bachelard, “todo lugar verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa” (BARCHELARD, 1978, p. 200). O espaço não é somente concebido como local físico, como já foi levantado, mas, sobretudo permeado de valores que são inseridos pelos seus moradores ao longo do tempo, para existir é preciso percebê-lo como casa, lugar de existência.

Assim, fica evidente que quanto mais um local não tem mais as marcas existenciais de uma comunidade, mais o ato perceptivo se esvai. A não-percepção é gerada por espaços que não falam ao sujeito, o poder de comunicação foi quebrado, é um local onde o silêncio impera, logo não tem mais sentido, tonando-se vazio e comum como todos os outros, pois carece de unicidade que o faz diferenciar das demais localidades. Aqui, a não-percepção é o fato de olhar para o espaço e não enxerga nele, o que o torna diferente, único, pois esse espaço é incapaz de

criar laços afetivos com quem o habita, faltando à expressividade local, que o torna portador de sentimentos, e diferente de todos os outros ambientes.

O nascimento do não-lugar

Com a possibilidade de abandonar e ao mesmo tempo adentrar novos espaços, a modernidade inaugurou novas maneiras de viver e se relacionar com o ambiente. E isso contrasta diretamente com as sociedades tradicionais, pois essas se constituem no espaço produzido na história, enquanto aquelas experimentam a possibilidade de transpor os limites do meio e do tempo.

Dessa maneira, o ambiente espacial passou a ser percebido como um organismo estranho, sem história, pois há, diante desse fenômeno migratório, a dificuldade de criar elementos que atraem e vinculem o sujeito ao meio, ocasionada pela multiplicação de referências imagéticas que vão possibilitar novas produções de sentido que fogem ao tempo e ao espaço em que o sujeito está inserido. Essas novas redes de contato nasceram e trouxeram novas informações tanto de espaços, que outrora estavam longe, como de tempo que não era vivenciado. Com isso, como já foi dito, o longínquo tornou-se próximo e o próximo diluído de sentido passou a ser distante.

O antropólogo Marc Augé (1994) diz que essa nova experiência social, fruto da transladação de espaços e tempos, originou as superabundâncias factuais e espaciais que vieram das múltiplas experiências vividas. E, a partir, desse momento acabou por afetar a maneira de pensar e viver do homem moderno, além da construção de sua identidade. Com isso, as relações com o espaço ganharam novos desdobramentos. Os grandes volumes de informações a que o homem atual é submetido cotidianamente através dos meios de comunicação e das transformações tecnológicas, alargaram os níveis de informação e a acumulação de documentos, imagens e conceitos.

Foi com esse contexto que foi produzida a ideia de aceleração da história, redimensionando a percepção entre o sentido do próximo e do distante e, com isso, a perda da estabilidade e a não-percepção em relação ao meio. Nessa nova época, ainda em conformidade com Augé (1994), os próprios economistas, historiadores, sociólogos e pesquisadores, diante da multiplicação das informações, não conseguem prever os acontecimentos futuros, o que ocasiona a crise na ideia de progresso, propagada na aurora da modernidade.

Paralelamente a esse fenômeno, Marc Augé (1994) também observou na pós-modernidade a superabundância espacial, fruto dos novos meios de transporte que minimizaram as distâncias entre as diversas regiões do planeta, permitindo a apreensão de múltiplos espaços

em poucas diferenças temporais e, com isso, a diluição das fronteiras. Esses dois fenômenos criaram novos itinerários que ajudaram na formação dos *Não lugares*, que não possuem pontos fixos de reconhecimento a quem habita. Consoante os conceitos propostos por Augé, Giddens (1991) diz que os *Não lugares* são o contrário do lugar que é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas.

Essa situação dificultou a criação de pertença territorial no homem pós-moderno, ou seja, a falta de vínculos espaciais e afetivos com o território, instaurando, assim uma crise de pertencimento: “a desintegração da rede social, a derrocada das agências efetivas de ação coletiva” (BAUMAN, 1999, p. 21). Com isso, alterações espaciais advindas das transformações da modernidade vão produzir novas formas de vivências e ocupação dos espaços. Essas novas realidades espaciais geraram o anonimato e a alienação do indivíduo em relação ao meio, ocasionado pela heterogeneidade simbólica, uma vez que não fomentam as relações interpessoais e também já não se movem num tempo e no espaço estritamente definido.

A mudança na organização social produziu mudanças na organização simbólica do espaço, que influenciou as relações do cotidiano e também com o local. Essa nova realidade criou espaços transitórios, efêmeros, passageiros, sem significados, ou seja, não lugares conceituados como:

As instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quando os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta (AUGÉ, 1994, p. 36).

Para Bauman “os não lugares desencorajam a ideia do estabelecer” (BAUMAN, 1994, p. 119). Esses não lugares aceitam a inevitabilidade de uma adiada passagem, às vezes muito longa, de estranhos, e fazem o que podem para que sua presença seja meramente física e socialmente pouco diferente preferivelmente indistinguível da ausência, para cancelar, nivelar ou zerar, esvaziar as idiossincráticas subjetividades de seus passantes.

Um *não-lugar* torna-se em Bauman (1994) um espaço destituído de expressões simbólicas de identidades e história, pois não existe percepção. Os não-lugares são permeados de pessoas que estão sempre em trânsito. São considerados espaços de ninguém, não geram os sentimentos de pertencimentos. Nesses locais, o sujeito perde toda a sua referência subjetiva e também suas particularidades identitárias, pois fica dissolvido no meio da multidão, do impessoal.

Com isso, os não-lugares são frutos das “mudanças de escalas, na multiplicação das referências energéticas e imaginárias, e nas especulações dos meios de transporte” (AUGÉ, 1994, p. 36). São locais sem percepção em que o indivíduo não cria uma relação afetiva com o espaço, produzindo com isso vulnerabilidade territorial entre o sujeito e o meio em que se encontra.

Essa questão dificultou a criação de pertença territorial no homem pós-moderno, ou seja, a falta de vínculos espaciais e afetivos com o território, instaurando, assim uma crise de pertencimento. Através dos *não-lugares* se descortina um mundo provisório e efêmero comprometido com o transitório e com a solidão. Com isso, nasce na cultura atual “a necessidade de reaprender a pensar o espaço” (AUGÉ, 1994, p. 36). Só a partir dessa visão pode-se não mais perceber o espaço como um local estranho, ou um território pouco familiar, mas sim um local de pertencimento e de sentido.

A crise de identidade na modernidade

Percebe-se então que as mudanças fomentadas pela modernidade no que concerne às formas de perceber o espaço, possibilitaram ao homem a produção de novas formas de relacionamento tanto com o meio como também consigo mesmo. O indivíduo, a partir de agora, já não está alicerçado em elementos norteadores imutáveis e bem delineados dentro do espaço em que suas práticas sociais eram produzidas.

Essa ruptura entre o sujeito o espaço acabou por dar novas formas em relação ao entendimento sobre como a identidade é produzida na época moderna. O impacto que a perda do sentimento de pertença espacial trouxe para a formação da identidade moderna foi analisado por Stuart Hall que afirma:

As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais (HALL, 2006, p. 25).

Com o aparecimento de uma nova cultura alicerçada em elementos transitórios fruto da própria efemeridade das relações espaciais inauguradas pelas intuições modernas, nasceram também, na modernidade, novos modos de agir em relação à memória. Esses fatos foram responsáveis pelo estabelecimento do desequilíbrio e instabilidade nas identidades sociais constituídas:

E com isso estabeleceu uma crise no sujeito moderno. O sujeito moderno nasceu fruto das transformações do humanismo renascentista e do iluminismo.

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou "idêntico" a ele- ao longo da existência do indivíduo (HALL, 2006, p. 10).

Com isso, Giddens (1991) diz que um dos episódios causadores desse desequilíbrio foi a nova globalização, vista aqui como parte de um processo amplo de mudanças, deslocando as estruturas e processos e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. Esse panorama é propício para os novos delineamentos de formas de ser totalmente inéditas, onde o meio já não fala mais ao indivíduo e à medida que esse modelo social vai tomando corpo, a identidade vai se diluindo e se tornando líquida e, ao mesmo tempo, menos local:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem "flutuar livremente" (HALL, 2006, p. 75).

A globalização produz locais vazios sem história, sem nexos com a vida concreta existencial, espaços utilitários e de passagem, ou seja, sem percepção. Assim, para Giddens (1991), os modos de vida produzidos a partir de agora se desvincilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, possibilitando experiências sociais distintas, desencaixes, locais vazios, sem referências identitárias. Essa separação entre o sujeito e o espaço produziu novos modos de vida independente do meio:

Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana (GIDDENS, 1990, p. 21).

As novas relações entre o indivíduo e o meio desarticularam as formas de percepção do espaço e do tempo e, conseqüentemente, produziram o sujeito desvinculado das categorias fixas e universais do racionalismo iluminista. Isso é o berço do sujeito moderno, sem essência, sempre transitório, em constante mudança, e muitas vezes incapaz de estabelecer qualquer relação de empatia com o espaço, sobretudo quando esses meios são as cidades atuais.

O sujeito que outrora era previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável se tornou fragmentado e composto não de uma única, mas de várias identidades. Esse processo produziu o sujeito pós-moderno, “conceitualizado não como não tendo uma identidade fixa, ou uma substância permanente” (BARBOSA, 2005, p. 203).

Para Hall (2006) o próprio processo de identificação, através do qual nós projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se muito mais provisório na modernidade, variável e problemático. Não temos mais apeço ao espaço e a memória, o que importa é a busca incessante pelo futuro, fonte do progresso. Nesse sentido, “a identidade torna-se uma “celebração móvel” formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 12).

Diante desses fatos, sem a identidade fixa tem-se o desaparecimento do lugar que não é visto como local existencial, a mobilidade moderna leva o homem a conceber o meio apenas como transitável e nunca como permanência. A crise do espaço instaura também uma crise de identidade, levando a crer que uma está estritamente ligada a outra. Assim sendo, a falta de percepção do espaço gerou a crise de identidade, que é antes de tudo uma instabilidade do sentimento de pertencimento espacial.

Considerações finais

O desencantamento do mundo provocado pelo racionalismo moderno, o surgimento dos novos meios de comunicação, tecnologia e de transporte levaram a perda do sentido de referência espacial para o sujeito. Sem um espaço identitário fixo, tem-se o desaparecimento do lugar como local existência, já que, a mobilidade moderna leva o homem a conceber o meio apenas como transitável e nunca como permanência. Essa ausência de sentimento de pertença territorial ajudou a instaurar uma crise de identidade. Assim sendo, os chamados *não-lugares*, advém da falta de percepção do espaço, como parte integrante da interioridade do sujeito.

Dessa maneira, a modernidade pode ser entendida como um conjunto de transformações, no tempo e no espaço, que impactaram o modo como homem entende o meio no qual ele habita. A percepção do território, integrada subjetividade do indivíduo, como era entendida nas chamadas sociedades tradicionais, foi substituída, no contexto da modernidade, por novas formas de habitar o ambiente, em que agora, a instabilidade espacial é o elemento norteador das relações entre o sujeito e o meio.

Com isso, a modernidade produziu a crise do sentimento de identidade a partir da diluição da percepção do sentimento de fronteira espacial, o que gerou o nascimento das

sociedades híbridas, devedora do conjunto de transformações no modo de habitar o meio, no contexto das sociedades pós tradicionais. Assim, para uma maior efetivação de ações que visam o fortalecimento da identidades não pode-se negligenciar o território, entendido aqui, como um elemento que ajuda a moldar o sujeito, e como ele age se percebe no mundo.

Referências

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus Editora, 1994.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Conflitos de identidades e não –lugares**. Cadernos de Geografia, n24/25 2005-2006, Coimbra, pp 203-207.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para sair e entrar na modernidade**. São Paulo: 4ed. Editora da universidade de São Paulo, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GONSALES, Célia Helena Castro. Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão – parte 2. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 059.04, Vitruvius, abr. 2005 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/473>>.
- HALL, Sturt. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARRISON, Charles. **Modernismo**. São Paulo: Cosac Naif, 2001.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola. HERITAGE, Jonh (1999). “Etnometodologia”, In Teoria Social Hoje, Org. Giddens e Turner. São Paulo: UNESP, 1989.
- MYERS, David G. **Psicologia**. 9ª ed. São Paulo: LTC, 2012.
- ROLIM, Eliézer. **Percepção do Espaço Urbano** Estudo das Ambientes Urbaines Architecturales Departamento de Arquitetura, UFPB Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- TUAN, Y. -F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo: texto integral**. Martin Claret, 2001.